

contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.017	2.016
Fundo Fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	6.175.499	6.395.737
(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.	6.178.499	6.398.737

5. Contas a Receber

Descrição	2.017	2.016
Secretaria Executiva de Saúde Pública(a)	17.777.988	12.540.214
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (b)	(4.182.000)	-
Total geral	13.595.988	12.540.214

(a) Secretaria executiva de Saúde Pública: As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações.

8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar.

a) Composição

Itens	2.017	2.016
Beneficentários	1.473.411	1.328.288
Instrumentos Médicos Hospitalares	356.721	591.253
Equipamentos de informática	591.253	4.392.521
Máquinas e equipamentos Méd. Mhospitulares	4.392.521	722.572
Móveis e utensílios hospitalares	722.572	106.483
Móveis e utensílios de escritório	106.483	426.001
Adiantamentos a fornecedores	426.001	14.524
Total Imobilizado	8.083.486	(2.278.100)
Direito de uso de software	91.151	-
Total Intangível	91.151	-
(-) Subvenções a realizar	(4.143.531)	-
Total subvenções a realizar	(4.143.531)	-

b) Movimentação

Itens	Saldo em 2.017	Saldo em 2.016
Beneficentários	311.127,16	145.123
Instr. Méd. Hospitalares	155.387	201.334
Equipos de informática	537.945	53.308
Máquinas e equipamentos Médicos	3.447.619	944.302
Móveis e Utensílios	344.626	18.565
Móveis e utensílios hosp.	704.007	35.047
Móveis e utensílios de escrit.	16.571	669.220
Adiantamento a fornecedores	16.571	-
(-) Depreciação **	(1.567.241)	(710.858)
Total Imobilizado	5.022.068	2.149.590
Direito de uso de software	91.151	-
(-) Amortização **	(51.845)	-
Total Intangível	39.306	(18.231)
(-) Subvenções a realizar *	(4.509.926)	(472.500)
Total Subvenções a realizar	(4.509.926)	(472.500)
Total geral	1.677.090	109.806

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante o valor correspondente a depreciação do bem em 2.017 no montante de R\$ 729.089.

** As despesas com depreciação e amortização, apurada conforme a vida útil dos bens no exercício de 2017 montou a R\$ 729.089 (em 2016 - R\$ 600.467). c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e Utensílios	10,0%
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

9. Fornecedores

Descrição	2.017	2.016
Materiais e Medicamentos	2.095.649	2.357.510
Imobilizado	32.641	122.019
Serviços tomados Pessoa Jurídica	751.878	833.077
Total	2.871.166	3.312.606

10. Honorários Médicos

Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.017	2.016
Honorários médicos pessoa jurídica	1.882.174	1.775.272
Total	1.882.174	1.775.272

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	3.853.631	2.511.929
Provisão para dissídio coletivo (a)	261.391	889.189
FGTS	483.577	400.407
INSS	260.216	376.544
Provisão de férias e encargos	5.077.016	5.162.641
Outras	67.030	106.829
Total	9.202.861	9.447.539

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2017, corresponde ao dissídio coletivo do SINTHOS - Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,85%, de setembro a dezembro de 2017.

12. Obrigações Fiscais

Descrição	2.017	2.016
Imposto de renda retido na fonte	985.728	856.679
Imposto sobre serviços retidos na fonte	19.096	29.736
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	61.400	421.885
Total	1.066.224	1.318.300

13. Partes Relacionadas

Descrição	2.017	2.016
Empréstimos - Hospital Galileu (a)	4.581.690	4.079.901
Empréstimos - Hospital Onológico (a)	944.396	344.244
Empréstimos - Hospital Marabá (a)	(920.170)	(920.600)
Sede Administrativa Pro-Saúde (b)	15.929	15.929
Total	4.605.916	3.656.074

trações financeiras foi recebido o montante de R\$ 7.626.022,00. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 4.500,00 referente as subvenções para custeio ainda não foram utilizadas / comprometidas pelas atividades operacionais e estão apresentadas no passivo circulante na rubrica de receitas diferidas.

6. Estoques

Descrição	2.017	2.016
Dieta e flos cirurgicos	102.712	208.035
Gases Medicinais	21.273	69.533
Materiais de Banco de Sangue	7.546	9.888
Materiais hospitalares de consumo	1.642.191	729.974
Materiais hospitalares de reposição	96.112	142.025
Medicamentos	958.692	767.055
Materiais de higiene e Limpeza	204.466	126.848
Materiais de Manutenção	130.958	198.715
Uniformes e enxovais	17.333	120.944
Demais materiais	190.881	241.851
Total	3.372.174	2.614.868

7. Empréstimos de Medicamentos: Corresponde a empréstimos de medicamentos efetuados a outros Hospitais do Estado do Pará, através de solicitações da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, sem prazo para devolução.

14. Estoques de Terceiros: A Entidade, ao iniciar por meio de contrato de gestão sua operação no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, unidade pública que já se encontravam em funcionamento, assumiu a responsabilidade pela manutenção dos estoques de materiais e medicamentos já existentes, aferidos mediante inventário físico. Assim o reconhecimento se deu registrando em seu ativo os estoques, em contrapartida, reconhecendo esses montantes como obrigação perante a Secretaria do Estado de Saúde Pública (SES/PA), observado que a manutenção e o consumo desses estoques são cíclicos dentro do curso normal das atividades e a restituição efetiva ocorrerá por ocasião do encerramento do respectivo contrato de gestão.

15. Receitas Diferidas: Corresponde ao 1º, 3º, 6º e 10º termo aditivo ao Contrato 046/2012, pactuado junto a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SES/PA), com a finalidade de promover investimentos necessários à reforma, revitalização e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade, bem como, referente ao valor excedente das subvenções governamentais com custeio. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	182.200	504.291
(+) Subvenção para custeio	4.500.000	467.331
(-) Subvenção para Investimento	-	467.331
(-) Aquisição de equipamentos	-	(789.422)
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (a)	(4.182.000)	-
Total	500.200	182.200

16. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	4.183.412	3.089.119
Adições (Nota 19 - despesa com pessoal)	1.583.415	1.101.293
(Baixas por rescisão de contrato)	(331.752)	-
Total	5.435.075	4.183.412

17. Provisão para Contingências: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível em trâmite na justiça.

18. Receitas de Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem a cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.017 montaram R\$ 115.050.671 (2.016 - R\$ 114.020.177).

19. Despesas com Pessoal:

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	(32.305.351)	(32.001.909)
Insalubridade	(1.916.346)	(1.805.635)
Horas extras e adicionais	(4.497.455)	(3.213.092)
Vale transporte	(791.295)	(804.446)
Décimo terceiro salário	(3.550.275)	(3.394.796)
Férias	(4.577.006)	(4.659.430)
FGTS	(3.822.847)	(3.745.814)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(1.583.415)	(1.101.293)
Contribuição Patronal ao INSS	(13.209.796)	(11.302.346)
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	13.209.796	11.302.346
PIS	(348.334)	(438.891)
(-) Isenção do PIS (a)	253.672	-
Outras	(97.944)	(170.81)
Total	(53.215.591)	(51.276.124)

(a) Em fevereiro de 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário nº 636.941/RS, onde decidiu que as entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2.017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.

20. Serviços de Terceiros:

Descrição	2.017	2.016
Gases medicinais	(23.872.386)	(19.897.659)
Serviços tomados de pessoa jurídica	(3.101.609)	(7.052.788)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(26.973.995)	(26.950.447)

21. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

22. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.017	2.016
Medicamentos	(4.628.305)	(5.279.505)
Filmes radiológicos, fios cirúrgicos e dietas	(1.086.797)	(1.104.666)
Órtese e prótese	(2.627.987)	(2.310.673)
Materiais de uso do paciente	(6.459.271)	(6.554.743)
Medicamentos	(775.651)	(863.893)
Gêneros alimentícios	(2.413.406)	(2.177.221)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.317.265)	(1.250.815)
Combustíveis e lubrificantes	(113.010)	(82.978)
Materiais de conservação e reparos	(742.918)	(430.548)
Peças e acessórios de expediente	(395.978)	(333.056)
Peças e acessórios de reposição	(311.722)	(402.601)
Outros	(536.447)	(438.713)
Total	(21.408.757)	(21.230.381)

23. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.017	2.016
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	6.178.499	6.398.737
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	13.595.988	12.540.214
Total	19.774.487	18.938.951
Passivos		
Pacote amortizado		
Fornecedores	2.871.166	3.312.606
Honorários médicos	1.882.174	1.775.272
Partes relacionadas	4.605.916	3.656.074
Total	9.359.256	8.743.952

Risco de Liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

24. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento do art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61 o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pro-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes a concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. (b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 19 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais: A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. (d) Imunidade e Isenção Tributária: A Pro-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência / Ananindeua-PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS e do PIS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social). A par-

de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram: Descrição Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social Contribuição patronal ao INSS		2.017 3.623.156 13.209.796	2.016 3.455.086 11.302.346	PIS sobre folha de pagamento 253.672 17.086.624 14.757.432	26. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.
Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente	Jocelmo Pablo Mewes Diretor Geral da Pró-Saúde	Rogério Kunts Diretor Geral do Hospital	Tamar Cabral Monteiro Diretor Financeiro do Hospital		
Cezar Lima - Contador local - CRC/PA: 010598-06 TC		David Martins Ferrelra - Contador geral - CRC: SP 195413/0-2 "S" - PA			

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de de-

monstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente

de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ananindeua, 23 de Março de 2018.
 LM Auditores Associados
 CRC 2SP018.611/0-8

Maurício Diácoli
 CRC ISP129.562/0-5 "S" - PA

Protocolo: 296199

ROMANCEIRO DA CABANAGEM
POESIA - JOSÉ EDONTE

Belém e o Imobiliário
Uma cidade entra contratos e contradições
Rede da Silva Ventura Neto

O MUNDO DA CRIANÇA
PARAGUASSU FERRES

Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos
Dedicação Alameda Guimarães
Ludmila A.L.C. Holman

Edição dos Sotérios e dos Cantores
Estudo sobre a arte do dom
partir de documentos parciais

Edições
de
4009-7817